



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2011
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer o envio de requerimento de informações ao Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, sobre denúncias de cobrança de propina, em convênios com ONGs e para liberação de registro sindical por parte de assessores do Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, acerca de denúncias de irregularidades envolvendo o ministro do Trabalho e Emprego, senhor Carlos Lupi e seus principais auxiliares, veiculadas pela revista Veja, edição de 30 de novembro de 2011.

Em vista disso, solicitamos informações especificamente para as indagações que abaixo formulamos:

a) Qual o procedimento padrão da Presidência da República ao receber mensagens eletrônicas de cidadãos brasileiros denunciando algum tipo de irregularidade no governo?

b) A Presidência da República confirmou oficialmente que recebeu e-mail do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação



Câmara dos Deputados

de Veículos e Acessórios do Estado de São Paulo, datado de 22 de fevereiro de 2011, e publicado pela Revista Veja na edição de 30 de novembro, no qual o senhor Ismar Silva Batista denuncia um esquema de cobrança de propina no Ministério do Trabalho. No entanto, nota da Presidência afirma que a mensagem enviada a presidente Dilma Rousseff e ao ministro Gilberto Carvalho chegou “truncada”, omitindo justamente o trecho sobre a denúncia de tentativa de extorsão. Por que a Presidência, ao constatar que o e-mail estava incompleto, não entrou em contato na época com o remetente solicitando o reenvio completo da mensagem?

c) O e-mail foi lido pessoalmente pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro Gilberto Carvalho?

d) Se não, quem são os funcionários responsáveis por fazer a triagem das mensagens enviadas para a presidente Dilma Rousseff e ao ministro Gilberto Carvalho? Há controle do número de denúncias recebidas e das providências adotadas em cada um dos casos? Se existe, solicitamos cópia do relatório referente ao ano de 2011.

e) A Presidência foi comunicada da referida denúncia de propina por parlamentares, sindicalistas ou por algum integrante do governo?

f) Se, de fato, conforme publicou a Revista Veja, tanto a Procuradoria Geral da República (PGR), quando o Tribunal de Contas da União (TCU), já possuíam documentos que apontavam indícios de desvio de verbas públicas em convênios firmados com entidades ligadas ao PDT, por que razão o governo só agiu após as denúncias terem sido publicadas pela imprensa? Quais as providências tomadas até agora para apurar as denúncias de corrupção no Ministério do Trabalho e impedir a continuidade das irregularidades?

JUSTIFICAÇÃO

Na reportagem publicada na edição de 9 de novembro do corrente ano, a revista Veja denuncia que assessores do ministro Carlos Lupi,



todos eles ligados ao PDT – Partido Democrático Trabalhista, são acusados de cobrar propina para liberar pagamentos a ONGs suspeitas de irregularidades, entre as quais, cita o Instituto ÊPA, organização não-governamental sediada no Rio Grande do Norte. Outras ONGs que teriam sido também vítimas de assédio e achaque, ou agraciadas com liberações irregulares, seriam, a Oxiênio, que de acordo com a matéria, a exigência inicial para que o Ministério do Trabalho liberasse recursos para esta ONG era de trinta por cento, de um convênio de R\$ 1,6 milhão, e a Fundação Pró-Cerrado, cujo presidente o Sr. Adair Meira, é amplamente citado nos escândalos.

Não é de hoje que diversos veículos de comunicação, jornais e revistas, como O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, e a Veja, publicam matérias dando conta de irregularidades na liberação de recursos para os convênios firmados para formação e qualificação profissional com a pasta do Trabalho e Emprego. Nas últimas semanas, porém, verificou-se um verdadeiro festival de matérias envolvendo os assessores e ex-assessores do Ministro Carlos Lupi em denúncias de desvio de verbas públicas e cobranças de propina nos mencionados convênios.

Mais recentemente, na sua edição de nº 2245, a Revista Veja publica matéria cujo título diz: “ELES PEDIRAM 1 MILHÃO”, na qual descreve as minúcias de suposta operação de cobrança de propina orquestrada na ante-sala do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, denunciando como operadores do esquema o ex-secretário de relações do Trabalho, em 2008, Sr. Luiz Antônio de Medeiros, e seu assessor à época, senhor Eudes Carneiro, o qual teria exigido R\$ 1 milhão de reais, para liberar o registro sindical do referido Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos no Estado de São Paulo.

Já as denúncias mais antigas da revista Veja e também amplamente repercutidas pelos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, davam conta de que os operadores atuais do suposto esquema de extorsão junto às diversas ONGs, conforme já referido acima, foram os senhores Anderson Alexandre dos Santos, coordenador-geral de qualificação profissional do Ministério do Trabalho, o ex-assessor do ministro, recém-demitido, Sr. Marcelo Panella e, o Sr. Weverton Rocha, ex-assessor especial do ministro e atual deputado federal pelo PDT, do Maranhão.



Câmara dos Deputados

Segundo se sabe, a Procuradoria Geral da República já investiga as denúncias no Ministério do Trabalho, e já teria ajuizado ação civil pública pedindo a devolução de R\$ 14 milhões da Fundação Pró-Cerrado.

A análise desse histórico lamentável de denúncias de episódios envolvendo o desvio do dinheiro público e de cobrança de propina precisamente pelos atuais e ex-auxiliares mais diretos do ministro Carlos Lupi, reforçada agora pelos fatos revelados na entrevista concedida pelo sindicalista Irmair Batista, à revista Veja, configura, sem dúvida nenhuma, um gravíssimo caso de irregularidades que parece vêm sendo cometidas na pasta do Ministério do Trabalho e Emprego, sem que as providências necessárias sejam adotadas, para proteger o patrimônio público.

Tendo em vista a gravidade desses escândalos e o prejuízo que o mau uso dos recursos públicos efetivamente causa ao erário - fatos que vêm se repetindo como uma sangria, nestes primeiros onze meses do atual governo - enfatizamos a necessidade de serem oferecidas as devidas respostas para as questões que por este Requerimento formulamos à Secretaria-Geral da Presidência da República, bem como salientamos a necessidade de adoção com urgência de medidas saneadoras e reparadoras por parte dos órgãos afins da República brasileira.

Sala das Sessões, em de novembro de 2011.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR